



## GÍRIA: LÍNGUA CIFRADA E/OU VARIEDADE LINGUÍSTICA<sup>1</sup>

SLANG: ENCRYPTED LANGUAGE AND/OR LINGUISTIC VARIETY

Sueli Martins Cardozo (PPGL/UNEMAT)<sup>2</sup>  
[tatamartins01@bol.com.br](mailto:tatamartins01@bol.com.br)

Marcos Luiz Cumpri (UEMS/PPGL-UNEMAT)<sup>3</sup>  
[marcoscumpri@yahoo.com.br](mailto:marcoscumpri@yahoo.com.br)

**RESUMO:** A proposta deste estudo centra-se na reflexão sobre a língua e a sua variação, observando os aspectos condicionadores, intra e extralinguísticos que, de algum modo, afetam-na, causando as suas variações e mudanças. Nossos recortes são depoimentos da comunidade de fala – detentos – do Complexo Penitenciário do Carandiru, que estão compilados na obra de Varela (1999), intitulada *Estação Carandiru*. Assim, tomamos a língua em sua heterogeneidade, imbricada de fenômenos culturais, sociais e em situações reais de uso ao constituir sujeitos falantes.

**PALAVRAS-CHAVE:** Língua e Sociedade. Variação. Carandiru.

**ABSTRACT:** The proposal of this study focuses on reflecting on the language and its variation, observing the conditioning aspects, intra and extralinguistic, that somehow affect it, causing its variations and changes. Our clippings are testimonials from the speech community - inmates - from the Carandiru Penitentiary Complex, which are compiled in Varela's (1999) book *Estação Carandiru*. Thus, we take the language in its heterogeneity, imbricated of cultural and social phenomena and in actual situations of use when constituting speaking subjects.

**KEYWORDS:** Language and Society. Variation. Carandiru.

<sup>1</sup> Texto fora de área desenvolvido sob a orientação do Prof. Dr. Marcos Luiz Cumpri, como exigência parcial do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Linguística (PPGL), da Universidade do Estado de Mato Grosso – Professor Carlos Alberto Reyes Maldonado (Unemat) à integralização de créditos.

<sup>2</sup> Doutoranda do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Linguística (PPGL), da Universidade do Estado de Mato Grosso – Professor Carlos Alberto Reyes Maldonado (Unemat).

<sup>3</sup> Docente adjunto da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) e Professor Permanente do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Linguística (PPGL), da Universidade do Estado de Mato Grosso – Professor Carlos Alberto Reyes Maldonado (Unemat).



*Na cadeia, certos temas  
queimam a língua de quem fala  
e os ouvidos que escutam.  
(VARELLA, 1999).*

## 1 Introdução

Entendemos que a língua, a identidade e a cultura, são intrínsecas à constituição do sujeito falante. Aliás, consideramos que a língua é a identidade de um povo e, enquanto tal, toma caminhos outros não preconizados nos dicionários e gramáticas e, o seu uso, tem efeito(s) na sociedade.

No caso da gíria, esse efeito se dá através da criação de metáforas, metonímias, entre outros, que podem acarretar, na língua, a polissemia de sentidos e, ainda, uma nova variante linguística específica de um grupo “marginalizado”, que milita em prol de uma causa social, que pode ser econômica e de subsistência, como é o caso, por exemplo, dos integrantes do Movimento dos Sem Terra (MST); da comunidade de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, *Queer*, Intersexo e Assexual (LGBTQIA+)<sup>4</sup> e da população carcerária, como um modo de resistência ao sistema e de sobrevivência. Como não há um meio específico de se conter os sentidos na língua, as gírias extra(vazam) essas comunidades de fala e caem na língua do povo.

Pensando a variação da língua, nosso texto tem, como foco principal, refletir sobre a gíria utilizada pelos detentos do presídio do Carandiru, examinando os recursos linguísticos tais como: a metáfora, a metonímia e a sinonímia, empregados na formação e na criação das gírias usadas pelos internos, uma vez que essa variante é fonte enriquecedora do léxico da língua e no seu funcionamento.

Entre os trabalhos pesquisados, destacamos: ‘Códigos de sustentação da linguagem no cotidiano prisional de Rio Grande do Norte: penitenciária estadual de Parnamirim’ e ‘Os repertórios linguísticos: práticas de poder não institucionalizado no

---

<sup>4</sup> Ver mais em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/dicas/qual-o-significado-da-sigla-lgbtqia>. Acesso em: 10 fev. 2021.



espaço prisional'<sup>5</sup>; 'Gírias, códigos linguísticos como afirmação e identidade de um grupo: uma análise e reflexão da possibilidade de uso no ensino e aprendizagem da língua portuguesa'<sup>6</sup>; 'Segunda ordem: a "lei" dos presos e análise das regras de convivência entre os presos e sua racionalidade'<sup>7</sup>; 'Por escrito: o Carandiru para além do Carandiru'<sup>8</sup>; 'Os sentidos da liberdade... a gíria prisional como resultado de uma produção léxica criativa e significativa'<sup>9</sup>.

O *corpus* se constitui de recortes de depoimentos de detentos que estão compilados no livro *Estação Carandiru*, de Dráuzio Varella (1999). Nossa lente teórica é a Sociolinguística, disciplina que nos auxiliará a conceber a língua como um processo contínuo, evolutivo e variável, pois, na perspectiva adotada, entendemos que a variação é inerente às línguas. Para essa reflexão, mobilizaremos a linha de pesquisa da Sociolinguística.

Entre os teóricos pertinentes visitados, citamos: Labov (2008), Weinreich, Labov e Herzog (2006), Alkmim (2003; 2008), Bagno (2008), Mollica (2003), Neves (2010), Ilari e Basso (2006), Coutinho (2011), Sapir (1980; 1971), etc. Traremos, ainda, em nossa

<sup>5</sup> OLIVEIRA, Hilderline Câmara. Os repertórios linguísticos: práticas de poder não institucionalizado no espaço prisional. **Revista Inter-Legere**: Revista do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências Sociais (PPGCS), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, v. 1, n. 17, p. 152-168, ago./dez., 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/view/9932/7032>. Acesso em: 10 fev. 2021.

<sup>6</sup> ARAÚJO, Gisele S. & SOUZA, Marcus R. **Gírias, códigos linguísticos como afirmação e identidade de um grupo**: uma análise e reflexão da possibilidade de uso no ensino e aprendizagem da língua portuguesa. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br>. Acesso em: 12 jul. 2019.

<sup>7</sup> COMES, Paula G. V. da Silva. **Segunda ordem**: a lei dos presos. Análise das regras de convivência entre os presos e sua racionalidade. 2010. 106 p. Dissertação/Mestrado – Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – Curso de Ciências Jurídicas – João Pessoa, 2010. Disponível em: [www.ccj.ufpb.br](http://www.ccj.ufpb.br). Acesso em: 22 ago. 2017.

<sup>8</sup> TAETS, Adriana Resende Faria. Por escrito: Carandiru para além do Carandiru. Tese de Doutorado. Programa de pós-Graduação em Antropologia Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2018. Disponível em: <http://teses.usp.br>. Acesso em: 04 jun. 2019.

<sup>9</sup> SILVA, Maria Edileuza Tavares. **Os sentidos da liberdade... O léxico gírio como resultado de uma produção léxica criativa e significativa**. 2008. 133 p. Dissertação/ Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2008. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br>. Acesso em: 13 ago. 2019.



análise, uma consulta em dicionários de língua Portuguesa, explanando a significação semântico lexical<sup>10</sup> dos termos gírios.

Para situar o leitor, apresentamos a nossa reflexão, considerando: (i) uma breve abordagem sobre a língua; (ii) os construtos teóricos da Sociolinguística e uma explanação sobre o surgimento da gíria; (iii) análise dos recortes selecionados; e (iv) breves considerações acerca das análises ponderadas.

## 2 Uma breve abordagem sobre a variação inevitável da língua

Para falar sobre a língua, nos reportamos a Ferdinand de Saussure (2006) que a tomou como “um sistema de signos” (SAUSSURE, 2006, p. 24) diferenciais que se relacionam por oposição (relação paradigmática) e por associação (relação sintagmática), resultando em um processo de significação ímpar, que torna cada signo como aquilo que o outro não é. Revestido de um valor por sua dualidade, o significado estabelece relação com o significante, dando significação ao signo linguístico.

O mestre genebrino, ao recortar no campo dos estudos da linguagem seu objeto teórico – a língua –, considerou os efeitos e a evolução irreversível que o tempo permitiria sobre ela através das forças sociais e pelo princípio da continuidade. Conforme Saussure (2006) “A língua já não é agora livre” (SAUSSURE, 2006, p. 91-93), o princípio da continuidade, que anula a liberdade, “implica necessariamente a alteração, o deslocamento mais ou menos considerável das alterações” [...] “o tempo altera todas as coisas; não existe razão para que a língua escape a essa lei universal” (SAUSSURE, 2006, p. 91-93).

Saussure (2006) já apontava para uma variação na língua, decorrente do seu uso, e os estudiosos que o sucederam se ocuparam em observar que a estrutura não dá conta

---

<sup>10</sup> Estabelecemos essa relação entre a Sociolinguística e a Semântica Lexical no decorrer da nossa análise para darmos mais clareza aos termos gírios quanto à sua significação e uso. Ou seja, a variação da/na língua na comunidade de fala do Carandiru, visto que, entendemos ser objeto de estudo da Sociolinguística, compreender os processos de variação e mudança do significado do léxico.

da língua em sua manifestação. Naquele período designado de “estruturalismo<sup>11</sup>”, povoado de ideias científicas efervescentes, o axioma língua, pensado como homogêneo, irrompeu-se com os desdobramentos da Linguística.

Essa concepção de língua engessada serviu e serve, até hoje, à produção de regras gramaticais no que concerne à delimitação do que é “certo” e do que é “errado”. Faraco (1997) salienta que essa é uma abordagem “normativista” que “[...] divide maniqueisticamente os fatos de língua em certo e errado; concebe a língua como uma instituição pétrea: pronta, fixa, externa aos falantes e à qual eles *devem se submeter*” (FARACO, 1997, p. 49, **grifos do autor**). Faraco (1997) argumenta que, “empiricamente a língua é o próprio conjunto das variedades. Trata-se, portanto, de uma realidade intrinsecamente heterogênea” (FARACO, 1997, p. 33).

Conforme Ilari e Basso (2006), a língua não é:

[...] uma forma que foi estabelecida em caráter definitivo em algum momento do passado, quem sabe por uma decisão de uma assembleia de sábios, mas sim como uma realidade dinâmica, que está por natureza em constante mudança (ILARI; BASSO, 2006, p. 153).

Na perspectiva de Labov (2008) a língua é “uma forma de comportamento social, pois comunica necessidades, ideias e emoções. Uma nação apresenta diversos traços de identificação, e a língua é um deles” (LABOV, 2008, p. 215). Desse modo, Labov (1994) pondera que:

Os procedimentos da linguística descritiva se baseiam no entendimento de que a língua é um conjunto estruturado de normas sociais. No passado, foi útil considerar que tais normas eram invariantes e compartilhadas por todos os membros da comunidade linguística. Todavia, as análises do contexto social em que a língua é utilizada

---

<sup>11</sup> Tomamos, aqui, o termo Estruturalismo, como o movimento efervescente nas décadas de 50-60 do século XX, na França e, que teve, como precursores, os filósofos Lévi-Strauss, Lacan, Foucault, Althusser, Roland Barthes, entre outros. Naquele momento, os pensadores elegeram, como prioridade, desenvolver as produções intelectuais voltadas às Ciências Humanas em analogia com a Fenomenologia. Isto é, o método de tomar o objeto de estudo, de compará-lo e reconhecê-lo em situações distintas. O movimento “estruturalista” tem suas raízes nas ideias de Karl Marx sobre o que é uma “base”, uma “estrutura” e uma “superestrutura” e que serviu de pano de fundo para Emile Durkheim escrever sobre as estruturas sociais em sua obra ‘As Regras do Método Sociológico’ (1985). Vale ressaltar, ainda, que o verbete “estruturalismo” não se restringe a uma ideia, a uma área de conhecimento, antes, transita desde as Ciências Humanas, às Exatas, às Biológicas-orgânicas e, o termo, segundo Levi Strauss (1953, p. 314), “não acrescenta absolutamente nada ao que temos no espírito quando o empregamos, senão que nos deixa agradavelmente intrigados”.



vieram demonstrar que muitos elementos da estrutura linguística estão implicados na variação sistemática que reflete tanto a mudança no tempo quanto os processos sociais extralinguísticos (LABOV, 1968, p. 12).

Sapir (1971) argumenta que “a língua não existe isolada de uma cultura, isto é, de um conjunto socialmente herdado de práticas e crenças que determinam a trama das nossas vidas” (SAPIR, 1971, p. 205), pois as variações linguísticas são fenômenos constitutivos da língua. Segundo Neves (2010) “É impossível não ver que a linguagem se faz exatamente de heterogeneidade e multiplicidade de variação e mudança, e que é do trato dos falantes com esses traços constitutivos que resulta a identidade de uma língua” (NEVES, 2010, p. 35).

Outra abordagem, de acordo com Meillet (1921) nos diz que “Por ser, a língua, um fato social, resulta que a linguística é uma ciência social, e, o único elemento variável ao qual se pode recorrer para dar conta da variação linguística, é a mudança social” (MEILLET, 1921 apud CALVET, 2002, p. 16). É a partir dessa configuração de língua(gem) que pensamos a gíria como a mutabilidade linguística que produz variações e sentidos.

### 3 Construtos teóricos da teoria sociolinguística

O nome Sociolinguística<sup>12</sup> se fixou a partir de um congresso realizado em 1964, que ocorreu na Universidade da Califórnia, no estado de Los Angeles (UCLA), Estados Unidos, que teve, como objetivo, discutir a relação entre língua e sociedade e foi organizado por William Bright – estudioso linguista norte americano – e teve, como participantes, os ilustres William Labov, Dell Hymes e John Gumperz.

A Sociolinguística nasceu “marcada por uma origem interdisciplinar” (ALKMIM, 2001, p. 29-30), a partir dos pesquisadores da Antropologia Linguística de Franz Boas e seus discípulos, Edward Sapir e Benjamin Whorf. Desse modo, a teoria nasceu como uma vertente negacionista às concepções estruturalistas e seu estudo se consolidou na década

---

<sup>12</sup> Disponível em: <http://www.filologia.org.br/abf/rabf/9/049.pdf>. Acesso em: 12 set. 2020.



de 70 do século XX, a partir da pesquisa desenvolvida por William Labov sobre o inglês falado na ilha de *Martha's Vineyard*, em Massachusetts, Estados Unidos, em 1963.

Nesse estudo, William Labov, conhecido como o pai da Teoria da Variação, observou a centralização das vogais nucleares nos ditongos decrescentes, [ay] e [au], que ocorrem nas palavras *light/lait/* = [lɪ] e *house/haus/* = [!o]. Esse traço fonológico, na comunidade de fala de *Martha's Vineyard*, funcionava como uma influência linguística, uma força centrípeta e centrífuga que a impulsionava, causando mudança linguística naquela população. Mas, antes da pesquisa de Labov, em *Martha's Vineyard*, os linguistas Meillet [1866-1936], Bakhtin [1895-1975] e membros do Círculo Linguístico de Praga, já se ocupavam dessa área da Linguística que abarcava as variantes linguísticas, pois, naquele momento, o heterogêneo da/na língua já se configurava como uma realidade inegável.

Para Alkmim (2003), a Sociolinguística é “caracterizada como área da Linguística que se ocupa das questões postas pela consideração das relações entre língua, cultura e sociedade” (ALKMIM, 2003, p. 593). Corroborando a esse entendimento, Mollica (2003) diz que a Sociolinguística é “uma das subáreas da Linguística e estuda a língua em uso no seio das comunidades de fala, voltando a atenção para um tipo de investigação que correlaciona aspectos linguísticos e sociais” que contribuem para a variação na língua” (MOLLICA, 2003, p. 09). A língua está sujeita à mudança e o homem sujeito à língua e, nessa relação, estão imbricados a cultura e o social.

Nessa relação, segundo Camacho (2001):

[...] A sociolinguística eliminou preconceitos ao afirmar, axiomáticamente, que todas as línguas e variedades de uma língua são igualmente complexas e eficientes para o exercício de todas as funções a que se destina (CAMACHO, 2001, p. 68).

A língua, em suas funções, explica a própria significação de homem e, ao humanizá-lo, por uma força que lhe é inerente, o faz pertencer a uma dada cultura, sociedade. Nesse viés, ‘homem’, ‘língua’ e ‘cultura’, formam uma trilogia intrínseca, pois conforme Sapir (1980, p. 171), “a língua não existe isolada de uma cultura, não creio, por



outro lado, que a língua e a cultura tenham entre si, a rigor, qualquer relação de causa e efeito. Pode-se definir a cultura 'o que' a sociedade faz e pensa. A língua é um 'como' especialmente se pensa”.

A variação na língua, objeto de estudo da Sociolinguística, apresenta-se como o “traço identificador em uma comunidade de fala” (LABOV, 2008, p. 215) e varia em detrimento de fatores distintos, “tais como o tempo, o espaço, o nível cultural e a situação em que o indivíduo se manifesta verbalmente” (LABOV, 2008, p. 215), e ocorre por fatores intralinguísticos, como o fonético, o morfológico, o sintático, o lexical, o semântico-discursivo e fatores extralinguísticos.

Sobre os Fatores intralinguísticos, temos a variação na língua, decorrente do ambiente fonético-fonológico e ela se dá conforme o modo como certas palavras são pronunciadas e isso implica os sons na língua. Podemos pronunciar, por exemplo, os ditongos de forma plena ou reduzida, como se dá no processo de monotongação<sup>13</sup>: beira/bera, outra/otra; também a troca de vogal média alta por fechada alta: mato/matu, forte/forti, dentre outros. Já a variação morfológica, esta muda a forma estrutural da palavra como os verbos sem marca do infinitivo: amar/amá, cantar/cantá, sorrir/sorri.

A variação sintática se dá quando o falante não observa as regras de concordância prescrita pela gramática, como “A concordância de número entre os elementos do sintagma nominal” exemplificado em “os menino bonito”, uma das primeiras mudanças defendidas por Weinreich, Labov e Herzog (2006, p. 133).

Referente à variação lexical, o falante extrai, do seu repertório linguístico, a variante apropriada para compor o seu discurso. Temos, aqui, os regionalismos aipim-mandioca-macaxeira, abóbora-jerimum. Já a variação semântica – discursiva, se vincula, segundo Paiva e Scherre (1999), a “fatores ligados à organização do discurso, ao processamento da fala e ao processo interacional” (PAIVA; SCHERRE, 1999, p. 207); ou seja, os conectores textuais coesivos direcionam a ideia central do texto/fala para uma

---

<sup>13</sup> Segundo Câmara-Júnior (1986) “a monotongação é uma mudança fonética que consiste na passagem de um ditongo a uma vogal simples” (CÂMARA-JÚNIOR, 1986, p. 170). O processo de monotongação ocorre quando o falante espontaneamente não pronuncia as semivogais [w] e [y], nomeados de glide na Fonologia.



compreensão entre falante e ouvinte; exemplo: Você entendeu? Portanto, não merece mais explicação.

Sobre os Fatores extralinguísticos, eles colaboram para que a variação da língua aconteça. São definidos como a classe social, a escolaridade, a etnia e o sexo. Tem-se, também, os “Fatores condicionantes: mudanças e condicionantes possíveis”; período de “transição: os estágios intervenientes entre dois estados da língua”; o “encaixamento”: mudanças que ocorreram na estrutura linguística e na estrutura social se entrelaçam; “avaliação: os efeitos da mudança sobre a estrutura e o uso da língua”; e, implementação, razões que levaram a ocorrer “mudanças em certa língua numa dada época”.

Os fatores condicionantes, como o próprio nome diz, condiciona a escolha de uma variante em detrimento de outras pelo falante. Desse modo, a variação na língua é um processo lento – evolutivo – e contínuo presente em uma comunidade de fala e, segundo Labov (2006), “a língua está localizada na comunidade de fala, não no indivíduo” (LABOV, 2006, p. 380) e que nem toda variação implica em mudança, mas, todas as mudanças provêm de uma variação. As variações linguísticas, em uma comunidade de fala, constituem o “dogma” da Sociolinguística.

Conforme Alkmim (2008):

[...] o objeto da Sociolinguística é o estudo da língua falada, observada, descrita e analisada em seu contexto social, isto é, em situações reais de uso. Seu ponto de partida é a comunidade linguística, um conjunto de pessoas que interagem verbalmente e que compartilham um conjunto de normas com respeito aos usos linguísticos. Em outras palavras, uma comunidade de fala se caracteriza não pelo fato de se constituir por pessoas que falam do mesmo modo, mas por indivíduos que se relacionam, por meio de redes comunicativas diversas, e que orientam seu comportamento verbal por um mesmo conjunto de regras (ALKMIM, 2008, p. 31).

A variação linguística é inerente à língua e, conforme Silva e Moura (2000), isso se dá porque “as sociedades são divididas em grupos [...] O uso de determinada variedade linguística serve para marcar a inclusão num desses grupos e dar uma identidade para seus membros” (SILVA; MOURA, 2000, p. 27-28).

As variedades linguísticas podem ser consideradas como superiores ou inferiores. Elas trilham os passos dos seus falantes, pois, segundo Alkmim (2001), “uma variedade linguística ‘vale’ o que ‘valem’ na sociedade os seus falantes, isto é, vale como reflexo do poder e da autoridade que eles têm nas relações econômicas e sociais” (ALKMIM, 2001, p. 39). Esse argumento de Alkmim (2001) explica porque a gíria é uma variante estigmatizada, pois germinou entre mendigos, ladrões e marginais, como veremos mais adiante.

### 3.1 A gíria

A gíria, em um contexto histórico, pode ser compreendida como uma palavra medieval que foi utilizada nos séculos XII e XIII em provençal e francês, se espalhando no século XVI por meio do inglês, italiano, espanhol e português. A princípio, a gíria era concebida como “fala ininteligível” ou “tagarelice” e, devido ao seu uso por mendigos, pedintes e ladrões, ganhou um sentido pejorativo, passando a significar a “linguagem do submundo, [...] antilinguagem de uma contracultura ou uma linguagem para marginais” (BURKE; POTTER, 1997, p. 08).

Desse modo, essa nova língua, emergida do submundo, foi referência de grupos étnicos marginalizados socialmente, tais como os judeus e os ciganos e de instituições como asilos, mosteiros, internatos, prisões etc., que exerciam, no enclausuramento, certo controle sobre essa linguagem.

A gíria, para Burke e Potter (1997), é língua de “mendigos, ladrões e outros não é só diferente, é particular, um meio de comunicação que o público, incluindo as possíveis vítimas e a polícia, podiam ouvir por acaso, mas seriam incapazes de decodificar” (BURKE; POTTER, 1997, p. 13). Com isso, a gíria usada por um grupo social é, pois, um dos meios mais potentes de inclusão e exclusão.

Para Beier (1997), “a gíria é um código particular de identificação e um passaporte social para mundos e práticas ocultas” (BEIER, 1997, p. 86). Corroborando com essa

perspectiva, Halliday (1978)<sup>14</sup> defende que “a gíria do submundo constitui um dialeto social, que poderia ser usado para fins defensivos, com o intuito de manter uma realidade alternativa, ou para fins ofensivos, para protestar contra a ordem vigente” (HALLIDAY, 1978, p. 87) e também como “um tipo de senha sinalizando que alguém fazia parte de uma comunidade errante com seus próprios códigos de honra e suas diversas estratégias de sobrevivência, quase sempre ilegais” (HALLIDAY, 1978, p. 87).

A gíria representa uma variedade linguística sem prestígio ou estigmatizada. Desse modo, seus falantes são identificados pelo uso das variedades linguísticas. Em todas as comunidades de fala, essas variedades são consideradas superiores em detrimento de outras e, para Alkmim (2001), conforme Gnerre (1994), “uma variedade linguística ‘vale’ o que ‘valem’ na sociedade os seus falantes, ou seja, vale como reflexo do poder e da autoridade que eles têm nas relações econômicas e sociais” (GNERRE, 1994 apud ALKMIM, 2001, p. 39).

Segundo Weinreich, Labov e Herzog (2006), há certas formas e variedades linguísticas próprias de um determinado grupo social e “estas formas coexistentes podem ser conhecidos como estilos, mas também como padrões, gírias, jargões, jeito antigo de falar (*old talk*), níveis culturais ou variedades funcionais” (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006, p. 96-97).

Esse sistema linguístico diferenciado, estudado por Weinreich, Labov e Herzog (2006), apresenta as seguintes propriedades:

- 1) oferecem meios alternativos de dizer “a mesma coisa”, ou seja, para cada enunciado em A existe um enunciado em B que oferece a mesma informação referencial (é sinônimo) e não pode ser diferenciado exceto em termos da significação global que marca o uso de B em contraste com A; 2) estão conjuntamente disponíveis a todos os membros (adultos) da comunidade de fala. Alguns falantes podem ser incapazes de produzir enunciados em A e B com igual competência por causa de algumas restrições em seu conhecimento pessoal, práticas ou privilégios apropriados ao seu status social, mas todos os falantes geralmente têm a capacidade de interpretar enunciados em A e B e

---

<sup>14</sup> HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood. Antilanguages reimp. In: **Langage as a social semiotic: the social interpretation of language and meaning**. London: Arnold, 1978, p. 166-179. p. 164..

entender a significação da escolha de A ou B por algum outro falante (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006, p. 96-97).

A gíria é entendida, também, como um dialeto de um grupo social que enriquece o léxico de uma língua. Desse modo, conforme Coutinho (2011):

Em sua origem, toda língua é um dialeto, que, por circunstâncias várias, consegue predominar. [...] O italiano, o francês, o espanhol, o português etc. que, tomados separadamente, constituem verdadeiras línguas, não passam de simples dialetos (COUTINHO, 2011, p. 28).

Dialeto, para Monteiro (2000), é “uma variedade subordinada a uma dada língua, que assim seria entendida como a soma de vários dialetos” (MONTEIRO, 2000, p. 46). De acordo com Weinreich, Labov e Herzog (2006):

[...] uma variável linguística tem de ser definida sob condições estritas para que seja parte da estrutura linguística, de outro modo, se estará simplesmente escancarando a porta para regras em que ‘frequentemente’, ‘ocasionalmente’ ou ‘às vezes’ se aplicam. A evidência quantitativa para a co-variação entre a variável em questão e algum outro elemento linguístico ou extralinguístico oferece uma condição necessária para admitir tal unidade estrutural. A covariação pode ser oposta à co-ocorrência estrita, ou a co-ocorrência pode ser concebida como o caso-limite da co-variação. Provas das relações de coocorrência estrita podem emergir, de fato, de uma investigação quantitativa do tipo que oferece provas de co-variação [...] o sistema heterogêneo é então visto como um conjunto de regras co-ocorrentes, enquanto dentro de cada um desses subsistemas podemos encontrar variáveis individuais que covariam mas não co-ocorrem estritamente. Cada uma dessas variáveis acabará sendo definida por funções de variáveis independentes extralinguísticas ou linguísticas, mas essas funções não precisam ser independentes umas das outras. Pelo contrário, normalmente se esperaria encontrar íntima covariação entre as variáveis linguísticas (WEINREICH, LABOV; HERZOG, 2006, p. 107-108).

Nessa citação, os teóricos se referem ao próprio sistema da língua que dá a possibilidade de o falante criar novas palavras e mudar o repertório linguístico que possui. Desse modo, a gíria é um desses casos, em que se usa outro nome/palavra para se referir ao mesmo objeto. Entendemos, pois, que a gíria é uma variação de cunho sociocultural e “estilística pressupõe a opção de dizer a mesma coisa” (LABOV, 2008, p. 313) de modos distintos, em que “as variantes são idênticas em valor de verdade ou referencial, mas se opõem em sua significação social e/ou estilística” (LABOV, 2008, p. 313).

Gurgel (1998, p. 28) pondera que “a gíria é manifestação da língua viva. É expressão dinâmica da maneira de um grupo social e mesmo de uma sociedade se expressar” (GURGEL, 1998, p. 28). Segundo Gurgel (1998), a gíria não pode ser definida, confinada “a grupos marginais ou, como os dicionaristas e os esteticistas da língua a entendem, linguagem de malandros – espécie de uma sub-raça de um subpovo” (GURGEL, 1998, p. 28), pois, seguir esse pensamento “é ignorar a realidade que se abre entre nós, com as cidades de concreto se derramando na explosão urbana” (GURGEL, 1998, p. 28).

Para Câmara-Júnior (2011) a gíria é “um vocábulo parasita de um grupo com preocupação de distinguir-se da grande comunidade falante” (CÂMARA-JÚNIOR, 2011, p. 197) e se caracteriza pela “intenção de chiste ou petulância” (CÂMARA-JÚNIOR, 2011, p. 197). Essa definição soa pejorativamente, pois, se é parasita, sugere que a gíria vive à custa da língua padrão e só poderia ser língua de marginal, variante sem prestígio, assim como o falante dessa variedade linguística. (**Grifo nosso**).

O uso da gíria na língua, é um fenômeno linguístico cercado de preconceito e quando pretendemos falar sobre o seu uso e o seu percurso histórico, é preciso:

[...] conhecê-la significa penetrar no mundo da marginalidade, na vida dos grupos excluídos da sociedade pela sua própria condição de pobreza ou pelas suas atividades peculiares (não raro ilícitas), os quais buscam com a criação de um vocabulário criptológico uma forma de defesa de suas comunidades restritas. Mas, por outro lado, historicamente, são os mesmos motivos de preservação e segurança que fizeram com que comerciantes ambulantes, mascates, na Idade Média, criassem seus próprios códigos secretos de identificação. E essa gíria da marginalidade e do comércio se mistura também à de um povo surgido na Índia, historicamente discriminado, os ciganos, que, com sua vida nômade, espalharam seu vocabulário em várias áreas da Europa e, posteriormente, da América (PRETI, 2006, p. 242).

Como vimos, a gíria tem um percurso histórico riquíssimo em detalhes, os quais marcam a identidade e a cultura de um grupo social, e o uso dessa variedade discrimina e/ou exclui aquele que não possui a língua em sua forma padrão. Passemos, agora, à análise dos recortes, levando em consideração o ambiente semântico e o grupo social dos falantes da variedade linguística em questão.

#### 4 Análises dos recortes

Os recortes selecionados de depoimentos dos detentos, foram extraídos do livro *Estação Carandiru*, de Dráuzio Varella (1999). Começamos com o recorte da fala do detento “Coça-Coça”<sup>15</sup>.

(R1) *Eu tomava **baque** na casa de um **considerado** meu que vivia amigado com uma mulher feia como a fome. Quando nós estava são, ó, o maior respeito! Era só injetar **farinha** na veia que ele entrava numa que **a gente** tinha que sair correndo, porque senão eu comia a mulher dele. Nós **corria** até perder o fôlego, aí o **barato** abaixava e a gente raciocinava: **pra** que isso, parceiro? (VARELLA, 1999, p. 67, **Grifos nossos**).*

No (R1) a forma linguística “baque” é usada na língua da prisão, como efeito do uso de cocaína em suas formas distintas: “cheirada (via nasal); fumada como cigarro; ou injetada na veia [...]” (VARELLA, 1999, p. 130). A euforia instantânea e o zumbido na cabeça, causados pela droga, causam um “baque” no cérebro, dando origem à variante de “choque”.

A palavra “baque” é dicionarizada<sup>16</sup> com os sentidos de “choque, queda, estrondo, pancada”, dentre outros. Na comunidade de fala do Carandiru, na criação da gíria “baque”, ocorre uma transferência de sentido (metáfora) e varia do físico – uso da droga – ao psicológico – os efeitos colaterais do narcótico no organismo. A gíria “baque” era um código de comunicação adquirido no grupo social do Carandiru e continuava a ser usado fora do presídio, pois o falante relata que ia tomá-lo na casa de um “considerado” seu.

Outra variante linguística utilizada pelos detentos do Carandiru, é a gíria “considerado” que, segundo o Dicionário *on-line* de Português<sup>17</sup>, significa “Estimado; merecedor de consideração, de estima, de respeito; quem se tem em consideração”, dentre

<sup>15</sup> Conforme Varella (1999) o apelido do detento “Coça-Coça” foi atribuído por um “amigo que o surpreendeu na zona pedindo para a prostituta passar as unhas em suas costas” (VARELLA, 1999, p. 67).

<sup>16</sup> Dicionário *on-line* de Português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/baque/>. Acesso em: 02 set. 2020.

<sup>17</sup> Dicionário *on-line* de Português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/considerado/>. Acesso em: 05 set. 2020.



outros. A gíria “considerado” estabelece uma relação de sinonímia com “aliado” – “[...] unido a outrem para ação comum. Vinculado por aliança” (FERREIRA, 2007, p. 110).

O nome “considerado”, metaforicamente, era utilizado pelo preso-depoente do Carandiru, para referir-se a alguém que merecia respeito, que compartilhava o mesmo “barco”, a mesma situação no submundo das drogas, do crime e essa significação é enfatizada pelo detento, que, no último verbete do recorte, chama seu “considerado” de “parceiro”. A gíria “considerado” é formada pelo particípio do verbo “considerar” e, no recorte que trouxemos, sofre uma variação de classe gramatical e passa a integrar a classe dos substantivos.

A variante linguística “farinha”, era utilizada para designar a cocaína em várias proporções, ou seja, quando pura, era a “boa”; quando misturada com outros produtos químicos, era chamada de “batizada”; quando ruim e de má qualidade, era conhecida como “bagulho”. Essa designação de “farinha”, dá-se pela semelhança da cocaína pelos aspectos do pó e da própria cor.

Além da “farinha”, a cocaína também é conhecida pelos nomes populares como ‘branquinha’ e ‘talquinho’ – no diminutivo; ‘branca de neve’ pela cor; ‘Júlia’, um nome próprio relacionado a essa droga; ‘Basuko’ e ‘beque’, a droga fumada em cigarros. Essas gírias, muitas já em desuso, significam justamente pelos fatores intralinguísticos, no caso (variação de classe gramatical) e pelos fatores extralinguísticos (que mudam o significado da gíria pelo uso da metáfora). As variações linguísticas, na comunidade de fala do Carandiru ocorriam, no caso, por fatores intralinguísticos discursivos e/ou lexicais, isto é, quando se faz referência a um mesmo objeto, porém, usando nomes diferentes.

A este respeito, segundo Jakobson (1970):

[...] a diversidade de interlocutores e sua mútua adaptabilidade constituem fator de importância decisiva na multiplicação e diferenciação de subcódigos no âmbito de uma comunidade de fala e dentro da competência verbal de seus membros individuais (JAKOBSON, 1970, p. 27).

As gírias que são criadas naquele espaço social, em sua maioria, se davam por metáforas e, a essa afirmação, Lakoff e Johnson (2003), nos apontam que “a essência da

metáfora é entender e experienciar um tipo de coisa em termos de outro” (LAKOFF; JOHNSON, 2003, p. 05).

A metáfora implica, pois, uma relação de similitude (comparação mental entre o termo criado e o já existente), a partir da subjetividade do falante criador; por metonímia (resultante da relação entre termos interdependentes que se incluem e se substituem mutuamente), por onomatopeia (no ato da imitação de um som), por hiperonímia (quando o sentido da substituição transita de um aspecto geral a um específico), por hiponímia (a substituição dá-se do específico ao geral), dentre outras relações.

No recorte em análise, a variedade linguística usada pelo falante é estigmatizada e sem prestígio e, enquanto tal, a marca de oralidade está presente em sua fala: “nós estava”, “nos corria”, “a gente raciocinava”. Essa prática discursiva, na comunidade de fala, se materializa sem a concordância entre o sujeito (aquele que realiza a ação e o verbo), que, na Gramática Normativa, é entendido como predicado; e, a expressão “a gente” no lugar do pronome pessoal “nós”.

Outro dado observado no recorte é a troca do pronome “nós” pela expressão “a gente”, à qual descompromete o falante com aquilo que ele fala. O uso da expressão “a gente” despersonaliza o falante e:

[...] quando eventualmente narra um fato vivido, o comprometimento com aquilo que enuncia é maior, mas isso tudo está em pleno processo de mudança e, aparentemente, a forma inovadora avança em alguns contextos mais do que em outros (VIEIRA; BRANDÃO, 2007, p. 114).

A troca do pronome “nós” pela expressão “a gente” varia do particular para o genérico, ou seja, quando o detento referia a si mesmo, inseria-se no discurso e o assumia como sendo seu, ele usava o pronome “nós”: “eu tomava baque”, “nós estava são”; quando ele se referia à atitude do seu ouvinte em relação à mulher, usava a expressão “a gente”. Conforme Vieira e Brandão (2007) a expressão “a gente” funciona como pronome e evoca o sentido de plural incluindo o falante, o interlocutor e o referente.

De acordo com Weinreich, Labov e Herzog (2006) o uso da expressão “a gente” é favorecido:



[...] em contextos em que a referência do sujeito compreende um número grande e indeterminado de pessoas, seguindo-se o contexto em que a referência de primeira pessoa compreende um número intermediário e indeterminado de referentes (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006, p. 137).

Desse modo, Weinreich, Labov e Herzog (2006) sustentam que o uso do pronome “nós”, identifica o falante em sua fala, já a expressão “a gente”, instala a indeterminação do falante. Sobre a (não) marcação de plural nos elementos dos sintagmas “nós estava” e “nós corria”, entendemos que a não concordância verbal, envolve, não apenas fatores linguísticos, como o morfológico e o discursivo, mas como também, questões de ordem social-ideológica, pois conforme Vieira (2007) “o fenômeno da (não)-concordância é o caso prototípico de variação que identifica, discrimina, (des)valoriza o usuário da língua em termos sociais” (VIEIRA, 2007, p. 92).

Para Bagno (2012), tanto a concordância nominal, quanto a verbal, são redundantes (ou tautológicas e, em suas palavras, “[...] exatamente por isso é que, ao longo da história de suas línguas, os falantes têm abandonado muitas regras de concordância, sem que a comunicação tenha sofrido nada em sua eficiência” (BAGNO, 2012, p. 705).

Assim, podemos afirmar que a gíria é tomada nesta reflexão, não como língua de “marginal”, visto que isso reforçaria o estigma do que é “certo ou errado” instituído *na* e *pela* norma, e na perspectiva Sociolinguística, a princípio tudo na língua é gíria e o que está normatizado na língua já foi gíria. Sendo assim, é o uso da gíria, na língua, que leva a norma e é do próprio dicionarizado que se metaforizam novas gírias.

Na fala do Carandiru, a gíria “barato” em “aí o barato abaixava” significa sensação de prazer, de algo muito bom, legal e divertido, produzido pela droga, à qual começava a perder o efeito, deixando o falante “zen”. Aqui, a língua e suas nuances marcam, na fala, momentos distintos do falante: quando ele injetava a “farinha” na veia, sentia o “baque”, ou o fim de seu efeito, o “barato abaixava”.

Segundo Souza (1983) essa língua carregada de gíria é própria do submundo do crime, dificilmente estabelece relação com a língua dos homens libertos e muito menos, com:

[...] as frases cuidadosamente esculpidas em literatura. [...] é preciso tomar muito cuidado para, como dizem, não cair numa “casa de caboclo”. É preciso saber comunicar-se nesse mundo, falar e entender um mínimo da sua linguagem (SOUZA, 1983, p. 232).

Desse modo, na última frase do recorte, “pra que isso, parceiro?”, a preposição “para”<sup>18</sup> sofre uma perda fonética da vogal “a” e, conseqüentemente, a preposição “para” perde uma sílaba, deixa de ser dissílaba e paroxítona, e passa a ser uma partícula átona ou um clítico (SOUZA, 1983).

Em uma abordagem gramatical, Maya (2004) nos diz que há duas hipóteses que explicam a supressão da preposição “para” = “pra” (forma reduzida), devido à sua natureza de clítico, uma vez que:

A maior parte dos clíticos em língua portuguesa é formada por monossílabos (pronomes pessoais oblíquos, artigos definidos, artigos indefinidos masculinos, algumas conjunções e preposições, etc.), a queda da primeira vogal do clítico para fez com que ele passasse de dissílaba a monossílabo, e, assim, apresentasse a estrutura dominante aos demais clíticos. Os clíticos, por não terem acento próprio, se apoia em uma palavra adjacente. Em português brasileiro essa palavra parece ser a que vem após o clítico, haja vista que até os pronomes átonos preferem a posição proclítica (MAYA, 2004, p. 14).

Na fala do detento, o clítico “pra” monossílabo, apoia-se na palavra adjacente ao pronome substantivado “que”, passando a ser pronunciada de forma fundida: “praque”. Observamos que a variação linguística fonética, presente na preposição “para/pra” pode estar relacionada a fatores linguísticos e sociais (escolaridade, sexo, idade, etc.), os quais envolveram o falante na escolha de uma linguagem informal para se comunicar, o que implicou em uma variação morfológica da palavra e uma interferência social na língua.

Passemos ao próximo recorte, que traz a fala do detento Cidinho<sup>19</sup>, narrando a dura realidade do presídio.

**(R2)** [...] *aquele humilde, só tem um jeito: virar **laranja**, porque os caras exigem que ele segure todas as ocorrências do **barraco**. [...] **Sangue-bom**. Se ele me dá eu, tinha complicado a situação jurídica da minha pessoa, [...] mas não deixei passar batido, usei minha*

<sup>18</sup> Segundo Câmara-Júnior (1985, p. 177-178), a preposição “para”, tem origem no português arcaico a partir da preposição pera, formada por aglutinação de per e ad (preposição a em português), foi utilizada no latim vulgar (CÂMARA-JÚNIOR, 1985).

<sup>19</sup> Cidinho é um nome fictício que foi dado ao detento no presídio, para resguardar os depoentes.



*aproximação com um **funça** para levar uma lata de goiabada para ele, na isolada, que ali é um mês na **quentinha** pura, sem **recorte*** (VARELLA, 1999, p. 148-154, **Grifos nossos**).

No (R2), a gíria “laranja”, refere-se ao detento que segurava as pontas, assumia as responsabilidades de outros detentos pela sua condição de “humilde”. Em sentido dicionarizado, a palavra “laranja”, conforme Ferreira (2007), significa o “indivíduo que, ciente ou não, tem seu nome e registro legais usado em transações, geralmente ilícitas, em benefício de terceiros, cuja identidade fica oculta” (FERREIRA, 2007, p. 508).

No espaço social do presídio, “laranja” remete ao indivíduo que nem sempre era ingênuo, mas que ao ser usado, comparado à fruta laranja, exercia o papel de doar o que tinha. Desse modo, a laranja doa o caldo; já o “laranja” doa o nome e a responsabilidade em assumir algo, dentre outras ofertas/doações.

Enquanto fator intralinguístico, a laranja (fruta) é do gênero feminino e “laranja” (indivíduo usado por terceiros para fins ilícitos) é, geralmente, do gênero masculino. No entanto, ambos pertencem à classe dos substantivos. Outro sentido da gíria “laranja”, se dá pela comparação da ocultação, assim como o sabor da fruta está sob a casca, o verdadeiro culpado oculta-se atrás do “laranja” (aquele que se apresenta como aquele que não é).

A gíria é constitutiva do léxico e, segundo Oliveira e Isquardo (1988), o universo lexical de um grupo:

[...] sintetiza sua maneira de ver a realidade e a forma como seus membros estruturam o mundo que os rodeiam e designam as diferentes esferas do conhecimento. Assim, na medida em que o léxico recorta realidades do mundo, define, também, fatos de cultura (OLIVEIRA; ISQUERDO, 1988, p. 09).

Atualmente, os chamados “laranjas” são protagonistas em várias fases e desdobramentos, por exemplo, da Operação Lava-Jato<sup>20</sup> no país, à qual tem levantado inúmeras investigações por corrupção e desvio de dinheiro público. Já em relação à gíria “barraco”, no Carandiru, podemos dizer que foi criada para se referir ao “xadrez”, forma

<sup>20</sup> Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/tudo-sobre/operacao-lava-jato>. Acesso em: 01 set. 2020.



quadriculada de cela, cárcere, xilindró. No Dicionário *on-line* de Português<sup>21</sup>, “barraco” significa “pequena habitação de madeira, coberta de palha, telha ou zinco, geralmente construída em morros ou favelas” (DICIONÁRIO ON-LINE DE PORTUGUÊS, sem ano, não paginado).

Por ser um regionalismo, a gíria “barraco” estabelece relação com a favela e em comunidades das grandes metrópoles, tais como São Paulo e Rio de Janeiro, feitas sem planejamento, geralmente construídas nas encostas dos morros e habitadas pela população de baixa renda. “Barraco”, pois, evoca confusão, escândalo, briga. A forma linguística “barraco”, do ponto de vista semântico, muda de sentidos (barraco-cela) e (barraco-habitação), mas pertencem à mesma classe gramatical.

Como dito anteriormente, há palavras na/da língua portuguesa que caminham juntas e estabelecem relações sinonímicas, como é o caso de “laranja”, que faz algo em troca de benefício, é ‘toma lá, dá cá’, e “Sangue-Bom”, que é o que ‘faz sem cobrar nada em troca’, é um altruísta.

Segundo o Dicionário Informal<sup>22</sup>, “Sangue-bom” significa a “pessoa de boa índole, de bom coração, legal e camarada, de relacionamento bom e fácil” (DICIONÁRIO INFORMAL, sem ano, não paginado). Assim, na linguagem do Carandiru, “Sangue-bom”, por relação metonímica, refere-se à pessoa que está sempre pronta a servir, bom amigo e companheiro. Com relação à formação, “Sangue-bom” é substantivo composto: “Sangue + bom”, ainda, “Sangue”, substitui o substantivo “gente” em algumas construções, tais como “gente boa” ou “boa gente”.

Há certas gírias que se formam por relação metonímica e tem, como objetivo, dar às palavras abstratas da língua, uma significação concreta, como é o caso de “Sangue Bom”, em que a expressão nominal, designou-se a partir das características que determinam o resultado da ação de uma pessoa. A gíria “Sangue-Bom”, ainda, estabelece

<sup>21</sup> Dicionário *on-line* de Português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/barraco/>. Acesso em: 01 set. 2020.

<sup>22</sup> Dicionário Informal. Disponível em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/sangue-bom/>. Acesso em: 31 ago. 2020.



relação de antonímia com “Sangue-Ruim”<sup>23</sup>, pessoa de gênio forte e, por extensão de sentido, associa-se a alguém de sangue impuro e/ou contaminado.

Conforme Jakobson e Pomorska (1980):

[...] para toda pessoa que fala existe uma unidade de língua, mas este código global representa um sistema de subcódigos relacionados entre si; toda língua encerra diversos tipos simultâneos, cada um dos quais é caracterizado por uma função diferente (JAKOBSON; POMORSKA, 1980, p. 82).

Esse é um dos aspectos da gíria, a qual é entendida de acordo com Preti (1984), como variações socioculturais da linguagem, empregadas:

[...] como recursos expressivos, servindo para uma comunicação mais eficiente que, conforme as conveniências sociais, bem como, situações de uso, intenção dos interlocutores, podem tornar-se menos ou mais fechadas (PRETI, 1984, p. 11).

A premissa da língua adaptável às situações de uso, às conveniências sociais e eficazes no ato comunicativo, forneceu as condições favoráveis à criação da gíria no Carandiru. Assim, criou-se a gíria “funça” a partir da abreviação da palavra *funcionário* ou do substantivo *função*.

A unidade lexical “funça” produz sentidos de menosprezo, desrespeito e/ou ironia por parte dos detentos para com o Agente Carcerário, uma vez que nela habitam sentidos de hostilidade, oriundos, tanto da parte dos detentos, quanto da sociedade livre, à qual os tem como aqueles que vivem no/do mundo do crime. Por exemplo, quando algo entra na prisão de forma irregular, mesmo não sendo o autor do ilícito, o “funça” é o primeiro suspeito, ele é o elo entre sociedade e detentos, via de mão dupla, o leva-e-traz.

Monteiro (2000, p. 65) diz que “um dos preconceitos mais fortes numa sociedade de classes é o que se instaura nos usos da linguagem”, uma vez que fazer uso de uma variante linguística estigmatizada, implica valor social e prestígio. A gíria “funça” evoca sentido pejorativo, desqualifica o “Agente Carcerário”, usurpando seus valores ético-

---

<sup>23</sup> Dicionário Informal. Disponível em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/sangue-ruim/>. Acesso em: 31 ago. 2020.



morais e, ao associá-lo ao mundo da prisão, o toma como absorvido ao nível social do falante da gíria.

Na comunidade de fala do Carandiru, o espaço configurava-se por uma disputa entre o detento e o “Agente Carcerário” que, segundo Góes (2002) igualam-se no dito popular: “No Brasil só pobre vai para a cadeia. [...] podemos atribuir-lhe duplo sentido, uma vez que, tanto aquele que vai preso, quanto aquele que vai trabalhar na prisão, tem a mesma origem social” (GÓES, 2002, p. 170).

O uso da gíria dos detentos pelo “funça” é concebível, também, visto que segundo Strauss (1999):

Qualquer grupo de pessoa que permanece por algum tempo num lugar desenvolve uma “linguagem especial”, um dialeto ou jargão, que representa sua maneira de identificar aqueles objetos importantes para a ação do grupo. Os garçons classificam tipos de fregueses e outros trabalhadores nos restaurantes, dão apelidos aos alimentos e usam sinais e gestos especiais para designar atividades importantes. O mesmo fazem os criminosos; e mesmo os ministros não são imunes a essa necessidade de classificar sua clientela e os colegas, porque, de outro modo, como poderiam organizar sua atividade de maneira ordenada e sensível? (STRAUSS, 1999, p. 40).

Desse modo, por ter a mesma origem social e por compartilhar do espaço prisional dos detentos, o “funça” é, na maioria das vezes, o responsável por desvendar a significação da gíria e passar, conforme Goffman (2010) a “usá-la ao falar com os internados, embora passe a linguagem mais padronizada quando falam com superiores e estranhos” (GOFFMAN, 2010, p. 53).

Se a língua varia conforme seu uso *por* e *entre* falantes livres, no ambiente da prisão, essa evolução/mudança é célere, pois a descoberta da significação de uma gíria, implica a criação de outra que substitua a anterior e essa atualização da língua, ocorre, de acordo com Preti (2000) porque “perdida a sua condição de signo de grupo, elemento identificador, que faz parte do processo de autoafirmação do falante no grupo social, a gíria se dilui na linguagem comum. [...] na sua condição de vocabulário não marcado” (PRETI, 2000, p. 67).

A gíria “quentinha” refere-se, segundo o Dicionário *on-line* de Português<sup>24</sup>, “a embalagens de isopor ou alumínio, usadas geralmente em viagens, para conservar os alimentos quentes” (DICIONÁRIO ON-LINE DE PORTUGUÊS, sem ano, não paginado). “Quentinha”, substantivo feminino, no diminutivo, exprime sentido pejorativo e remete à péssima qualidade da comida servida no Carandiru e, diferente do sentido dicionarizado, a embalagem da “quentinha” era de plástico e devido ao desgaste do material, acúmulo de manchas, rachaduras, queimaduras do recipiente, também era chamada de “cascuda” pelos detentos.

A variedade linguística “quentinha”, no Carandiru, caminhava concomitantemente com “recorte” que, no Dicionário Ferreira (2007) traz a seguinte significação: “*ato ou efeito de recortar. Trabalho que se faz recortando. Parte recortada de jornal, revista, entre outros*” (FERREIRA, 2007, p. 688). Na comunidade de fala do Carandiru, a gíria “recorte” significava por uma relação metonímica, ao referir-se sobre o reaproveitamento das “quentinhas”.

A “quentinha” era o “corte” – pequenas porções de alimentos distribuídas em recipientes plásticos, o produto e/ou a matéria prima que, após ser lavada e adicionada novos temperos, era recozida, dando origem ao “(re)corte” – o produto das várias “quentinhas” ajuntado em um recipiente maior, selecionado e processado para servir de alimento. Naquela comunidade de fala, quem executava essa atividade rotineira do “recorte” no “barraco”, era o “barraqueiro”, integrante do grupo dos “faxinas” – detentos que prestavam serviço interno no Carandiru.

Passemos, agora, ao próximo recorte que apresenta o falante “Sem Chance”<sup>25</sup>.

**(R3)** [...] Daí a importância do recorte e a necessidade dos **jumbos**. Ajuda muito, embora que tem **uns cabeça de bagre** que passam o **jumbo na seda** para pagar dívida de drogas (VARELLA, 1999, p. 48, **Grifos nossos**).

<sup>24</sup> Dicionário *on-line* de Português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/quentinha/>. Acesso em: 17 mai. 2020.

<sup>25</sup> Em Varella (1999), na obra *Estação Carandiru*, não aparece o nome do falante. Apenas as referências a ele: “um mulato franzino que ganhou o apelido de tanto repetir essas palavras no final das frases” (VARELLA, 1999, p. 44).



A palavra “jumbo”, no Dicionário Infopedia<sup>26</sup>, remete a “avião com grande capacidade de carga e de passageiros, geralmente usado em voos de longo curso” (DICIONÁRIO INFOPEDIA, sem ano, não paginado).

No depoimento em análise, o detento “Sem Chance” fala a Varella (1999), que o “recorte” era uma atividade fundamental naquele espaço social, tendo em vista que nem todos os detentos recebiam os “jumbos” que, na gíria, significava as sacolas de compras com produtos alimentícios, de higiene pessoal, os cigarros, dentre outros, que os familiares levavam nos domingos de visita, ou deixavam na portaria nos dias de semana. A expressão “dos jumbos” é uma metáfora da carga das sacolas ou, ainda, por associação, entre a rede de supermercado Pão de Açúcar Jumbo, que havia em São Paulo, cujas sacolas de compras, em grande quantidade, chegavam ao presídio.

Por metáfora foi criada, também, a variedade linguística “uns cabeça de bagre”, que o Dicionário Informal<sup>27</sup> diz se tratar do “indivíduo de pouca inteligência ou sem instrução, cabeça dura, tapado”; “Pessoa sem juízo, sem critério, tresloucado” (DICIONÁRIO INFORMAL, sem ano, não paginado). Na comunidade de fala do Carandiru, o sintagma “uns cabeça de bagre” era uma forma pejorativa de designar os detentos, que por não terem bom raciocínio, faziam besteiras que atrapalhavam o grupo.

O uso da preposição “de” liga o substantivo “cabeça” à locução nominal “de bagre”, indicando o pertencimento do falante usuário de entorpecente ao grupo dos “uns cabeça de bagres”. O sintagma nominal “uns cabeça de bagre”, apresenta, ainda, uma variedade linguística estigmatizada, em virtude de o falante não observar a concordância entre o artigo “uns”, no plural, que indetermina o detento e o substantivo “cabeça”, no singular.

Por meio da perspectiva da teoria da sociolinguística, pode-se explicar, pois, que o princípio da economia linguística, permite ao falante, o privilégio de marcar o plural apenas no artigo que abre a oração, evitando, assim, a redundância. Bagno (2008)

<sup>26</sup> Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/jumbo>. Acesso em: 12 set. 2020.

<sup>27</sup> Dicionário Informal. Disponível em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/cabeça-de-bagre/>. Acesso em: 09 ago. 2017.

argumenta-nos que “A regra tem uma hierarquia rígida: a marca indicadora de plural é usada apenas no artigo definido. Quando não há artigo, ela vai para a primeira palavra do grupo a ser pluralizado, que pode ser um substantivo ou um adjetivo” (BAGNO, 2008, p. 51). A marca de plural, para Bagno (2008) “funciona como um ‘sinal’, um ‘aviso’ de que aquele grupo de palavras está no plural: por isso ela é sempre usada na primeira palavra do grupo” (BAGNO, 2008, p. 51).

No sintagma nominal “uns cabeça de bagre”, temos um caso de concordância nominal, que ocorre devido à ausência de marcação de plural no substantivo “cabeça”. Os artigos indefinidos são chamados por Bagno (2012) de:

[...] quantificadores indefinidos e, a quantificação “não é simplesmente uma ‘classe gramatical’, mas sim uma função que pode ser exercida não só pelos quantificadores indefinidos [...], como também por uma série de locuções nominais e preposicionais muito usuais (BAGNO, 2012, p. 782).

Já a expressão “o jumbo na seda”, no singular, difere semanticamente de “jumbos”, e no plural, pelo significado de cigarro de maconha, que era enrolado em papel de seda feito manualmente.

Segundo Varella (1999), naquele espaço de detenção, a maconha era apenas a porta de entrada para outras drogas mais pesadas, e o “jumbo na seda” poderia significar, também, outros tipos de drogas. Nesse caso, temos o uso da metonímia, ou seja, não se trocava o “jumbo” pelo papel de seda, mas por aquilo que ele continha, usa-se, pois, a forma pelo conteúdo.

### **Considerações finais**

Nessa reflexão, observamos, nos recortes analisados, que “a mudança estrutural não afeta a estruturalidade da língua” (WEINREICH, LABOV; HERZOG, 2006, p. 13) e, que é indispensável uma teoria à qual “rompa com o axioma da homogeneidade” (WEINREICH, LABOV; HERZOG, 2006, p. 13), defendido desde os neogramáticos e instaure, assim, em seu lugar, o axioma da heterogeneidade constitutiva.



Desse modo, conforme Weinreich et al. (2006) “A mudança linguística começa quando a generalização de uma alternância particular num dado subgrupo da comunidade de fala toma uma direção e assume o caráter de uma diferenciação ordenada” (WEINREICH et al., 2006, p. 125).

No (R1), os termos gírios remetem ao consumo de drogas e foram criados a partir de metáforas, às quais funcionam como redes de transferências de sentidos na língua. Isto é, o subsistema da língua permitia àqueles, a criarem e/ou (re)nomearem objetos que passavam a significar de outros modos à comunidade de fala. As diversas gírias e/ou variantes linguísticas analisadas, sofreram, por conseguinte, os efeitos dos fatores intra e extralinguísticos, mantendo as gírias em funcionamento no espaço do Carandiru.

No (R2), as gírias expressam uma forma de comportamento social do falante, que era identificado por suas particularidades e modos de agir, como por exemplo, o “laranja”, o “funça”, a “quentinha”. Já no (R3), destacamos as gírias “jumbos” (compras) e “jumbo na seda” (cigarro de maconha), às quais se distinguem quanto à sua formação morfológica e significação semântica naquela comunidade de fala.

Vimos, pelos recortes, que na comunidade de fala do Carandiru, as gírias representavam uma forma de comunicação codificada em metáforas, necessárias à interlocução diária daqueles falantes. A gíria era uma forma de pertencimento dos detentos ao presídio, um modo de se inscreverem na discursividade daquele espaço social, que os identificavam como uma comunidade de fala.

Outrossim, as variedades linguísticas, utilizadas pelos detentos, podem ser entendidas como uma arma que lhes empunhavam respeito, asseguravam a sobrevivência e os mantinham vivos, uma vez que:

[...] quanto maior for o sentimento de união que liga os membros do pequeno grupo, tanto mais a linguagem gíria servirá como elemento identificador, diferenciando o falante na sociedade e servindo como meio ideal de comunicação, além de forma de autoafirmação (PRETI, 1984, p. 03).

Desse modo, cabe-nos uma última questão, que bem serve para fechar o texto: Por que as expressões e termos analisados, nesta pesquisa, não se substituíram por expressões





e termos usados fora dos contornos do presídio? E, em que medida(s) a gíria é(são) essencial(is) à existência do(s) preso(s)? Com isso Labov (2008, [1972]) pondera-nos que é porque: “não se pode entender o desenvolvimento de uma mudança linguística sem levar em conta a vida social da comunidade em que ela ocorre” (LABOV, 2008 [1972], p. 21).

Logo, as gírias poderiam ser criadas a partir de qualquer verbete e/ou expressão da língua, conforme a necessidade do momento e, pós-criada, tornava-se restrita à comunidade de fala do Carandiru.

Somente os detentos poderiam conhecer os sentidos que se “encarnavam” na palavra do falante, visto que as gírias representavam um modo de resistência ao sistema implantado, *Um Sonho de Liberdade*<sup>28</sup>, a sobrevivência naquele ambiente promíscuo e degenerativo.

Mesmo porque, nas palavras de Labov (Idem), “as pressões sociais estão operando continuamente sobre a língua, não de algum ponto remoto no passado, mas como uma força social imanente no presente vivo”.

## Referências

- ALKMIM, Tânia Maria. Considerações sobre o campo da sociolinguística. *In*: ALBANO, Eleonora Cavalcante; ALKMIM, Tânia Maria; POSSENTI, Sírio; COUDRY, Maria Irma Hadler. (orgs.). **Saudades da língua**. Campinas: Mercado de Letras, 2003, v. 1, p. 593-603.
- ALKMIM, Tânia Maria. Sociolinguística – Parte I. *In*: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Ana Christina. (orgs.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. São Paulo: Cortez, 2008, [2001].
- BAGNO, Marcos Araújo. **Gramática pedagógica do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.
- BAGNO, Marcos Araújo. **A língua de Eulália: a novela sociolinguística**. 16. Ed., São Paulo: Contexto, 2008.

---

<sup>28</sup> Grifo utilizado por fazer referência ao filme de Frank Darabont com Tim Robbins, Morgan Freeman, Bob Gunton, William Sadler (1995). Disponível em: <https://www.adorocinema.com/filmes/filme-11736/>. Acesso em: 10 fev. 2021.



BEIER, Lee. Antilinguagem ou jargão? A gíria do submundo inglês nos séculos XVI e XVII. In: BURKE, Petter; POTTER, Roy. (orgs.). **Línguas e jargões**: contribuições para uma história social da linguagem. Tradução de Álvaro Hattnher. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997. p. 85-132.

BURKE, Peter; POTTER, Roy. (orgs.). **Línguas e jargões**: contribuições para uma história social da linguagem. Tradução de Álvaro Hattnher. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

CALVET, Louis-Jean. **Sociolinguística**: uma introdução crítica. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2002.

CAMACHO, Roberto Gomes. Sociolinguística. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Ana Christina. (orgs.). **Introdução à linguística**: domínios e fronteiras. 1. Ed., São Paulo: Cortez, 2001, p. 49-75.

CÂMARA-JÚNIOR, Joaquim Mattoso. **Dicionário de filologia e gramática referente à língua portuguesa**. 5. Ed., Rio de Janeiro: J. Ozon, 2011.

CÂMARA-JÚNIOR, Joaquim Mattoso. **Dicionário de linguística e gramática**: referente à língua portuguesa. 13. Ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

CÂMARA-JÚNIOR, Joaquim Mattoso. **História e estrutura da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Padrão, 1985.

COUTINHO, Ismael de Lima. **Gramática histórica**. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2011.

FARACO, Carlos Alberto. Linguagem, escola e modernidade. In: GHIRALDELLI, Paulo Júnior. **Infância, escola e modernidade**. São Paulo: Cortez, Curitiba: Editora UFPR, 1997.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Coordenação de Maria Baird Ferreira e Margarida dos Anjos. 6. Ed., Curitiba: Positivo, 2007.

GNERRE, Maurizio. **Linguagem, escrita e poder**. 3. Ed., São Paulo: Martins Fontes, 1994.

GOFFMAN Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. Ed., Rio de Janeiro: LTC Editora, 1988.

GÓES, Eda; MAKINO, Rosa Lúcia. As unidades prisionais do oeste paulista: implicações do aprisionamento e do fracasso da tentativa da sociedade de isolar por completo parte de si mesma. **Revista Terra Livre**, São Paulo, ano 18, n. 19, p. 163-176, jul./dez., 2002. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/article/view/189/173>. Acesso em: 27 set. 2020.

ILARI, Rodolfo; BASSO, Renato. **O português da gente**: a língua que estudamos a língua que falamos. São Paulo: Contexto, 2006.

JAKOBSON, Roman; POMORSKA, Krystyna. **Diálogos**. São Paulo: Cultrix, 1980.



JAKOBSON, Roman. **Linguística, poética, cinema**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1970.

LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos**. Tradução de Marcos Araújo Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].

LABOV, William. **Modelos sociolinguísticos**. Madrid: Cátedra, 1994.

LABOV, William. **The social stratification of English in New York City**. 2. ed. New York: Cambridge University Press, 2006.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. **Metaphors we live by**. Chicago: The University of Chicago Press, 2003.

MAYA, Leonardo Zechlinski. **A variação da preposição ‘para’ na fala de Porto Alegre**. 2004. 121 p. Dissertação (Mestrado em Letras), Faculdade de letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS, Porto Alegre, 2004. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/>. Acesso em: 09 mar. 2020.

MEILLET, A. **Linguistique historique et linguistique générale**. Paris: Champion; 1921.

MOLLICA, Maria Cecília. Fundamentação teórica: conceituação e delimitação. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza. (orgs.) **Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 9-14.

MONTEIRO, José Lemos. **Para compreender Labov**. Petrópolis: Vozes, 2000.

NEVES, Maria Helena de Moraes. **Ensino de Língua e vivência de linguagem: temas em confronto**. São Paulo: Contexto, 2010.

OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de; ISQUERDO, Aparecida Negri. **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia**. 2. Ed., Campo Grande, Editora: UFMS, 1988.

PAIVA, Maria da Conceição de; SCHERRE, Maria Marta Pereira. Retrospectiva sociolinguística: contribuições do PEUL. **Revista DELTA**, São Paulo, v. 15, n. especial, p. 201-232, 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/delta/a/Fs5Sf3yM65D75mmWjYhjkTk/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 09 mar. 2020.

PRETI, Dino. **A gíria e outros temas**. São Paulo: T. A. Queiroz: Editora da Universidade de São Paulo, 1984.

PRETI, Dino. **Dicionários de gíria**. São Paulo: Alfa, 2000, n. 44, p. 57-73.

PRETI, Dino. A gíria na língua falada e na escrita: uma longa história de preconceito social. In: PRETI, Dino. (org.). **Fala e escrita em questão**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006. v. 4, p. 241-255.

SAPIR, Edward. **A linguagem: introdução ao estudo da fala**. 2. Ed., Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1971.



SAPIR, Edward. **A linguagem**: introdução ao estudo da fala. Tradução de Joaquim Mattoso Câmara-Júnior. São Paulo: Perspectiva, 1980.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. 27. Ed., São Paulo: Cultrix, 2006.

GURGEL, João Bosco Serra e. **Dicionário de gíria: modismo linguístico**: o equipamento falado do brasileiro. 5. Ed. Brasília: J.B. Serra e Gurgel, 1998.

SILVA, Fábio Lopes da; MOURA, Heronides Maurílio de Melo. **O direito à fala**: a questão do preconceito linguístico. Florianópolis: Insular, 2000. 128 p.

SOUZA, Percival de. **O prisioneiro da grade de ferro**. São Paulo: Traço, 1983.

LÉVI-STRAUSS, Anselm. **Espelhos e máscaras**: a busca da identidade. São Paulo: EDUSP, 1999.

LÉVI-STRAUSS, Anselm. A noção de estrutura em ontologia. *In: Antropologia estrutural*. Rio de Janeiro: tempo Brasileiro, 1975 [1953], p. 313-360.

VARELLA, Dráuzio. **Estação Carandiru**. 2. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin I. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. Tradução de Marcos Araújo Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

VIEIRA, Silvia Rodrigues; BRANDÃO, Sílvia Figueiredo. **Ensino de gramática**: descrição e uso. São Paulo: Contexto, 2007.

VIEIRA, Silvia Rodrigues. Concordância verbal. *In: VIEIRA, Silvia Rodrigues; BRANDÃO, Sílvia Figueiredo. (orgs.). Ensino de gramática*: descrição e uso. São Paulo: Contexto, 2007. p. 85-102.

---

Recebido em: 23/06/2021 | Aprovado em: 01/08/2021.

---